

O TORTUOSO CAMINHO DA COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E ARGENTINA: DE ITAIPU AO MERCOSUL¹

**The sinuous path of cooperation between Brazil
and Argentina: From Itaipu to Mercosul**

Tomaz Espósito Neto²

Introdução

Entre 1979 e 1991 houve uma evolução patente, tanto quantitativa quanto qualitativa, nas relações argentino-brasileiras. Em um curto espaço de tempo, de adversários na luta pela preponderância na região (MELLO, 1996), Brasil e Argentina passaram a ser parceiros de um projeto comum de integração regional.

O objetivo deste artigo é descrever o sinuoso caminho político da aproximação entre os dois países, enfatizando a atuação das autoridades governamentais, em especial dos diplomatas brasileiros e argentinos, ou seja, os “homens de Estado” (DUROSELLE, 2000), responsáveis por criar um ambiente propício à ação de outros atores sociais, tais como empresários e sindicalistas, sem, contudo, esquecer a relação dinâmica entre a dimensão externa e interna de um Estado (MILZA, 2003).

É comum a afirmação de que os processos de redemocratização na Argentina e no Brasil foram responsáveis pelo adensamento da relação bilateral (CAMARGO, 1985, p. 63, BARBOSA, 1996, p. 149), porém tal declaração não se baseia em um exame profundo das variáveis externas da época.

¹ Versão preliminar apresentada no Congresso Conjunto ISA (*International Studies Association*) e ABRI (Associação Brasileira de Relações Internacionais), no Rio de Janeiro, 2009.

² Professor do Curso de Relações Internacionais da FADIR / UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados). Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. E-mail: tomazeneto@gmail.com.

Aqui são apresentadas a relevância e a preponderância (mas não a exclusividade) dos condicionantes do Sistema Internacional da época – como o “Choque do Petróleo” (1979), a Crise da Dívida (1982), entre outros – para o avanço do processo de aproximação argentino-brasileiro. E, mais uma vez, é ressaltada a importância das variáveis internas.

À medida que os constrangimentos internacionais criavam grandes dificuldades para os processos de desenvolvimento autônomo de Brasil e Argentina, as autoridades de ambos os países buscavam uma maior aproximação para enfrentar os desafios comuns.

A ideia da integração regional ganhou impulso em meados dos anos 80, período que coincidiu com os processos argentino e brasileiro de redemocratização, embora as forças favoráveis à aproximação já atuassem antes da ascensão de Alfonsín e Sarney.

Mudanças na estrutura do Sistema Internacional, como a queda do muro de Berlim e o fortalecimento dos Estados Unidos no cenário mundial, exerceram grande influência na alteração do significado do projeto argentino-brasileiro, que deixou de ser essencialmente político e passou a ser primordialmente econômico. Novamente, essa mudança de rumo coincidiu com a eleição de novas lideranças em ambos os países: Menem na Argentina e Collor no Brasil.

Mais uma vez, as alterações no cenário internacional tiveram impactos diferenciados nas sociedades argentina e brasileira, devido às estruturas internas e outras características próprias de cada sociedade.

Este texto divide-se em cinco partes: a primeira discute a importância do Acordo Tripartite (1979), que resolveu o litígio em torno de Itaipu-Corpus nas relações do “sistema” da Bacia do Rio da Prata; a segunda analisa o incremento dos contatos de primeiro escalão entre os dois países no início da década de 80 como elemento de construção de confiança entre os atores; a terceira parte trata da Guerra das Falklands/Malvinas (1982) e da crise econômica internacional, fatores que impulsionaram a redefinição das relações sub-regionais; em seguida, na quarta parte, o tema é o aumento da densidade nas relações argentino-brasileiras, da redemocratização ao Mercosul; e, na última parte, são apresentados os comentários finais do autor.

A problemática de Itaipu-Corpus e o impasse nas relações bilaterais

O litígio Itaipu-Corpus envolveu Argentina, Brasil e Paraguai numa disputa sobre o aproveitamento hidroelétrico dos rios que compõem a Bacia do Rio da Prata, local que se tornou o pomo da discórdia na região.

Por trás de discussões “aparentemente” técnicas, estava em curso uma disputa política pela preponderância na região, além da percepção de que a construção de Itaipu resultaria no rompimento do equilíbrio de poder existente. De um lado, Buenos Aires argumentava que, em qualquer construção em rios internacionais, os envolvidos deveriam antes consultar e obter a anuência dos Estados à jusante. De outro lado, Assunção e Brasília se posicionavam contra a Argentina, apoiando-se na teoria do “dano sensível” a terceiros.

Todo esse imbróglio começou quando, em 1962, o governo brasileiro decidiu realizar alguns estudos sobre a construção de uma grandiosa hidroelétrica na região de Sete Quedas, também conhecida como Salto Del Guairá, nas proximidades da fronteira entre Brasil e Paraguai (COTRIM, 1999, p. 27).

Ao tomar ciência das intenções brasileiras, o governo paraguaio, sob a tutela do Presidente General Alfredo Stroessner, “reinterpretou” o Tratado de Fronteiras de 1872 e o Tratado Complementar de 1927³, afirmando que a região onde seria construída a hidroelétrica era de soberania paraguaia. A partir de então, uma série de incidentes ocorreram na fronteira brasileiro-paraguaia, culminando na movimentação de tropas brasileiras na área em disputa, em meados da década de 60 (MENEZES, 1987).

Após uma série de encontros em 1966, as autoridades brasileiro-paraguaias decidiram não levar a questão à arbitragem internacional, e iniciaram a construção de um regime para a utilização conjunta dos recursos hídricos, cujo principal marco é a Ata de Iguaçu, em que consta:

III — PROCLAMARAM a disposição de seus respectivos governos de proceder, de comum acordo, ao estudo e levantamento das possibilidades econômicas, em particular os recursos hidráulicos pertencentes em condomínio aos dois países, do Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaira.

³ Esses acordos delimitaram as fronteiras entre Brasil e Paraguai.

IV — CONCORDARAM em estabelecer, desde já, que a energia elétrica eventualmente produzida pelos desníveis do rio Paraná, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto do Guaira até a foz do rio Iguazu, será dividida em partes iguais entre os dois países, sendo reconhecido a cada um deles o direito de preferência para a aquisição desta mesma energia a justo preço, que será oportunamente fixado por especialistas dos dois países, de qualquer quantidade que não venha a ser utilizada para o suprimento das necessidades do consumo do outro país (BRASIL, 1966, p. 1).

Nesse momento, ganhou força nos bastidores a ideia da construção de uma represa cujo reservatório fosse capaz de “submergir” o território em litígio e de unir o destino de brasileiros e paraguaios (BARBOZA, 1992). As negociações em torno da obra redundaram no Tratado de Itaipu de 1973 e na constituição de uma empresa binacional responsável pelo empreendimento, em 1974 (COTRIM, 1999: BETIOL, 1983).

Paralelamente às negociações entre Assunção e Brasília, as autoridades argentinas buscaram trazer para um ambiente multilateral o debate sobre Itaipu, visando ter voz, voto e, principalmente, veto no projeto de Itaipu. Em suas memórias, Gibson Barboza relata uma conversa que teve com o então chanceler argentino, Luís M. de Pablo Pardo:

– “O que não queremos, realmente, é que vocês construam essa hidroelétrica com o Paraguai” – respondeu-me ele com desconcertante franqueza.

[...] De Pablo Pardo prosseguiu, explicando que prevalecia na Argentina uma corrente de pensamento geoestratégico segundo o qual, se o Brasil construísse um pólo econômico de tal grandeza na fronteira norte da Argentina, pobre e escassamente habitada, praticamente dominaria aquela região [...] (BARBOZA, 1992, p. 109).

As autoridades da Casa Rosada temiam que Itaipu acarretasse a perda de relevância da Argentina no cenário internacional e o rompimento do equilíbrio de poder regional em favor do Brasil.

En orden a esta relación y la situación presente muchos problemas que derivan del desequilibrio operado a favor del Brasil como consecuencia de la relativa ausencia de la Argentina en la Cuenca del Plata durante los últimos años, motivada, en particular, por su falta de capacidad negociadora y por una política exterior que equivocó la alta prioridad que el área requería. Este

vacío creó condiciones inmejorables al de por si eficiente accionar del Brasil y empujó a los três países “menores” hacia Brasilia (GUGLIAMELLI, 2007. p. 185).

De 1967 a 1979 instalou-se um verdadeiro “jogo de xadrez” pelo poder na região: cada participante realizava suas “grandes manobras” (CAUBET, 1991) para defender seus interesses. A disputa se deu simultaneamente nas esferas bilateral e multilateral, ou seja, tanto no Comitê Intergovernamental Coordenador (CIC) quanto na Organização das Nações Unidas (ONU) (LANUS, 1989; VIDIGAL, 2007). Pode-se separar o conflito argentino-brasileiro em duas grandes fases.

A primeira vai da tentativa de obstrução até a trégua, celebrada pelo acordo de Nova Iorque de 1972 e a resolução 2995 da Assembleia Geral da ONU. No âmbito das organizações internacionais, o ápice do enfrentamento diplomático foi a Conferência de Estocolmo em 1972, quando a diplomacia brasileira impediu uma resolução favorável à Argentina baseando-se na necessidade do consenso de todos os países participantes.

Já na arena bilateral, o famoso discurso de 1972 do Presidente Lanus sobre o “imperialismo brasileiro” na questão de Itaipu (VEGAS, 1995), feito em visita oficial ao Brasil, causou profunda irritação nas autoridades brasileiras.

Percebe-se que o corpo diplomático brasileiro trabalhou muito para superar os obstáculos e conseguir um entendimento parcial com a Argentina.

A segunda fase vai da trégua ao Tratado Tripartite (1979). Essa época foi marcada pela denúncia do acordo de Nova Iorque em 1973, e pela decisão peronista de construir as hidroelétricas de Yaciretá e Corpus em conjunto com o Paraguai, o que exigia uma “harmonização” de projetos (LANUS, 1989).

As autoridades argentinas, brasileiras e paraguaias iniciaram uma árdua negociação sobre detalhes específicos da obra para definir a viabilidade técnica e econômica dos projetos.

A “Construção do Entendimento” (VIDIGAL, 2007) foi muito difícil, pois, por trás dessas discussões havia a luta pelo poder na região. Além do mais, a instabilidade política interna argentina – visto que em um curto período cinco pessoas diferentes ocuparam a pasta das relações exteriores (BARRETO, 2006) – e a política pendular

paraguiaia (MENEZES, 1987) tiveram reflexos nas negociações. Somente com o Tratado Tripartite (1979) se resolveu a questão, graças, em grande medida, aos esforços do Presidente Figueiredo e de seu chanceler Saraiva Guerreiro (GUERREIRO, 1992; ESPÓSITO, 2006).

As viagens presidenciais do início dos anos 80: Em busca do tempo perdido

Após a resolução do litígio Itaipu-Corpus, os laços brasileiro-argentinos foram fortalecidos com uma série de visitas presidenciais, no começo da década de 80 – no período aproximado de um ano, ocorreram três encontros presidenciais, o que demonstra a convergência de interesses e uma pauta comum na agenda de ambos os países.

A viagem do Presidente Figueiredo à Argentina em maio de 1980 foi um marco, pois foi a primeira visita de um Chefe de Estado do Brasil à Argentina desde a ida de Getúlio Vargas em 1935 (BRASIL, 1980). Em retribuição, o Presidente argentino Videla visitou o território brasileiro pouco depois, em agosto de 1980. Por fim, em maio de 1981, aconteceu mais uma reunião presidencial em Pasos de lo Libres, Argentina. A visita de um Chefe de Estado e sua comitiva (políticos, empresários, jornalistas, entre outros), além da simbologia natural, envolve aspectos concretos, como assinaturas de acordos e reuniões de negócios.

Esta es la tercera vez, em el curso de un año, que nuestros países mantienen reuniones a nivel presidencial. Em realidad se trata de una frecuencia singular em este tipo de contactos em nuestra región. Habitualmente, las diplomacias solo tienden a promoverlas cuando son aconsejadas por ciertas condiciones (BRASIL, 1981, p. 26).

Esses encontros entre as autoridades argentino-brasileiras redundaram na assinatura de diversos acordos, cujos destaques foram: a) acordo de cooperação nuclear; b) acordo de aproveitamento dos recursos hídricos compartilhados em trechos limítrofes do Rio Uruguai e de seu afluente Pepiri-Guaçu; c) acordo de interconexão entre os sistemas elétricos do Brasil e da Argentina. Também foram debatidas outras questões:

a) construção de uma ponte sobre o rio Iguaçu e memorandum de entendimento relativo ao estabelecimento de um mecanismo de consulta sobre assuntos de interesse comum; b) elaboração da ideia da ALADI (Associação Latino-Americana de Integração); c) criação de comissões mistas para tratar de temas bilaterais (como a questão da energia), início dos estudos sobre a viabilidade de investimentos e a importação brasileira de gás natural argentino, estudos sobre a possibilidade de cooperação nuclear – tema extremamente sensível para os militares de ambos os países, no segmento de logística –, e o início da construção de interligações físicas entre os dois países (BRASIL, 1980, p. 149-155).

Existia uma grande esperança de que as visitas presidenciais dessem início a um novo ciclo de cooperação nas relações entre a Casa Rosada e o Palácio do Planalto, como se percebe pelos discursos dos Chefes de Estados nos encontros de 1980.

Hoje, pode-se dizer, Brasil e Argentina avançam resolutamente nas alamedas do entendimento e da cooperação (BRASIL, 1980, p. 19).

[...] principalmente, para que quedara definitivamente sellada la inauguración de um nuevo y promisorio ciclo em nuestras relaciones bilaterales [...] (BRASIL, 1980, p. 19).

Os homens de Estado dos dois países resolveram erguer a ALADI para substituir as estruturas debilitadas da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) por outras de maior flexibilidade e mais condizentes com a realidade da região. Aliás, percebe-se que na burocracia circulava a ideia de uma integração ainda maior, muito embora essa ideia enfrentasse certa resistência, como fica evidente na entrevista dada pelo Ministro Guerreiro ao jornal argentino *El Clarín* em 3 de maio de 1980, reproduzida pela *Resenha de Política Exterior Brasileira* nº 25:

Pergunta – Em meios informados, mencionou-se, insistentemente, a perspectiva de um acordo de países do Cone Sul, especificamente Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. O Brasil estaria disposto a uma aliança desse tipo?

Resposta – O Brasil participa de encontros e organizações regionais e sub-regionais, quando essas têm propósitos construtivos. *Em princípio, não temos porque nos opor a mais um esquema de cooperação com países amigos. Contudo, duas observações são necessárias. Em primeiro lugar, não endossamos a ideia de “alianças” sub-regionais. As alianças têm, em regra, sentido defensivo, e não vemos, no quadro atual da América Latina, o menor*

sentido na invenção de uma política de blocos, com pretensões políticas divisionistas. Os mecanismos que buscamos têm por objetivo a cooperação mútua e não visam à criação de mecanismos “contra” um ou outro lado, claro ou oculto (BRASIL, 1980, p. 45; grifo meu).

Percebe-se aqui que a concepção de integração sub-regional não era algo novo; na verdade, a ideia é até mais antiga do que o período estudado (VIDIGAL, 2007). Nota-se ainda que, na visão de Saraiva Guerreiro, a criação de blocos seria uma resposta a mudanças sistêmicas.

Por fim, nesses encontros presidenciais entre Argentina e Brasil tratou-se da questão das Falklands/Malvinas⁴. O Itamaraty realizou uma série de manifestações a favor do pleito argentino (BRASIL, 1980, p. 54; BRASIL, 1981, p. 23), o que significou o fim da dubiedade brasileira ante essa questão. Embora não se esperasse que a Argentina utilizasse a via da força para tentar recuperar o arquipélago (GUERREIRO, 1992), o conflito anglo-argentino significou um momento delicado para as relações bilaterais no continente sul-americano.

A Guerra das Falklands/Malvinas e a crise econômica internacional: Fatores sistêmicos que impulsionaram a aproximação argentino-brasileira?

Na década de 1980, a crise econômica internacional e a Guerra das Falklands/Malvinas foram dois eventos que afetaram as percepções e as estratégias de inserção internacional da Casa Rosada e do Palácio do Planalto, tendo grandes efeitos no jogo político e econômico regional. A partir daí, lavrou-se um terreno fértil para o desenvolvimento de ideias novas nas sociedades argentina e brasileira.

A crise econômica sul-americana foi decorrente de vários fatores: o aumento do preço do petróleo em 1979, que teve forte impacto nos custos de produção e desequilibrou a balança comercial dos países importadores; o aumento das taxas de juros no sistema monetário internacional, que trouxe imensas dificuldades para os Estados no financiamento das balanças de pagamento e nos projetos de

⁴ Neste trabalho é utilizado o termo “Falklands/Malvinas” para as ilhas em disputa entre Argentina e Grã-Bretanha em razão de o mesmo estar presente nos documentos oficiais das Organizações das Nações Unidas.

desenvolvimento – ressalta-se que, após a moratória do México em 1982, o mercado financeiro praticamente secou suas fontes para os países pobres; a emergência de barreiras não tarifárias aos produtos do “terceiro mundo” nas economias centrais; a “opção sul-americana” pelo crescimento econômico pela via do endividamento e pela intensa presença estatal, o que tornou essas economias vulneráveis a mudanças bruscas no mercado financeiro, entre outros.

A incompetência dos Estados sul-americanos em relação aos desafios impostos pela nova conjuntura econômica fez com que os graves problemas econômicos dessa década tivessem consequências profundas para as sociedades, que se viram dentro de uma espiral inflacionária, sem acesso ao mercado de crédito internacional e com sérios problemas sociais. É por esse motivo que os anos 80 são conhecidos como a “década perdida”.

O conflito anglo-argentino em torno das ilhas Falklands/Malvinas e, principalmente, a vitória da Grã-Bretanha, contribuíram para a aproximação entre Brasília e Buenos Aires, marcando o fim da “ilusão americana” das autoridades. Os Estados Unidos, devido à política externa intervencionista da era Reagan e ao apoio norte-americano às tropas britânicas no conflito anglo-argentino, entre outros fatores, passaram a ser percebidos pelos Estados da região como o principal empecilho ao seu desenvolvimento (ESPÓSITO, 2006).

Os países sul-americanos, com exceção do Chile, foram os únicos a prestar alguma solidariedade à Casa Rosada. Aliás, a política externa brasileira não foi “neutra” e muito menos “omissa” em relação ao conflito. O Itamaraty apoiou a posição argentina, chegando inclusive a vender armas para o país vizinho (ESPÓSITO, 2006).

Assim, os membros dos governos argentino e brasileiro perceberam que seus países necessitavam de uma nova estratégia, que passava pela cooperação em setores sensíveis e por uma agenda comum na arena internacional, mas sem definir objetivos prévios, conforme entrevista do Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro à equipe do CPDOC-FGV⁵:

⁵ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro.

Expliquei-lhe que teríamos de partir das dificuldades de fato, em termos objetivos, pois não podíamos predefinir até que ponto íamos chegar. Mas o que temos é de fazer um esforço concreto diante dos fatos e das dificuldades que forem surgindo. Lembrei-o que, no Brasil, mesmo nos períodos mais autoritários, qualquer subsetor da economia brasileira que se sentisse prejudicado por alguma ação de integração com um país vizinho – Argentina ou qualquer outro – faria a maior onda possível [...].

[...] que as dificuldades não desapareceriam com uma decisão de não perdermos de vista o objetivo da crescente integração, sem estimularmos grupos de militância contrária (GUERREIRO, 1985, p. 7; grifo meu).⁶

Também nesse período ocorreram transformações no bojo das sociedades sul-americanas, marcadas principalmente pelo processo de redemocratização e do aumento da insatisfação frente ao controle militar. Enquanto no Brasil se viveu, desde o governo Geisel (1974–1979), um processo “lento, gradual e seguro” de abertura das instituições políticas, na Argentina seguiu-se outro caminho, pois, após a derrota no conflito Falklands/Malvinas, a grave crise econômica e os ressentimentos contra as políticas de repressão dos militares fizeram ruir rapidamente a ditadura.

Dos processos de redemocratização ao Mercosul: um novo patamar nas relações argentino-brasileiras.

Ao tomar posse como novo Presidente da República em 1985⁷, José Sarney deu continuidade ao processo de retorno à democracia no Brasil, que culminou com a eleição presidencial, em 1989, de Fernando Collor de Mello. O regresso ao Estado Democrático de Direito foi um processo complexo e negociado, no qual as autoridades estatais buscaram evitar o “revanchismo” de seus opositores.

Os graves problemas econômicos (inflação, dívida externa, entre outros), as crises políticas e a consolidação da democracia absorveram as atenções e as forças dos grupos políticos. O Itamaraty continuou com o papel principal no planejamento e na condução da política externa, graças à “omissão” dos outros atores políticos, como

⁶ Sétima entrevista, realizada em 26 de março de 1985, fita 25, lado 1.

⁷ O Presidente José Sarney assumiu o cargo após doença e falecimento do titular Tancredo Neves, eleito pelo voto do colégio eleitoral.

demonstra Almeida (1998). Além do mais, todas as iniciativas de mudança esbarravam na “quase” intransponível resistência burocrática do corpo diplomático. Portanto, as diretrizes da inserção internacional continuaram as mesmas desde Geisel, muito embora as novas circunstâncias no cenário interno e externo obrigassem a um redimensionamento dessa estratégia.

O radicalismo, contudo, não duraria muito. Já no segundo ano do governo Collor, com a nomeação de personalidade sensível aos ventos da mudança, mas profundamente identificada com a cultura do Itamaraty, começava laborioso trabalho de síntese conceitual, que se prolongaria no governo Itamar Franco, quando se constitui finalmente a matriz que, desde então, vem informando a política externa brasileira. *Esse trabalho de reelaboração foi perseguido sob o mote da adaptação às novas realidades de antigos valores [...]* (VELASCO E CRUZ, 2001, p. 138; grifo meu).

Assim, a aproximação com o Terceiro Mundo e a América Latina, principalmente com a Argentina, continuou sendo um item prioritário da agenda externa brasileira, haja vista a longa lista de pendências e divergências entre o Brasil e os países ricos, em especial os Estados Unidos.

Na Argentina, o processo de transição de um regime autoritário para outro democrático foi muito mais traumático que o caso brasileiro. Os abusos e os erros políticos e econômicos cometidos pelos militares argentinos causaram a ruína do país, o que precipitou a queda do regime e a eleição de 1983, cujo vencedor foi Raul Alfonsín.

A administração Alfonsín, de 1983 a 1989, teve o desafio de fechar e tentar cicatrizar as feridas políticas internas abertas durante o regime militar, além de resolver a grave crise econômica e romper o isolamento internacional imposto ao Estado argentino após o conflito das Falklands/Malvinas de 1982. Nesse período, a Casa Rosada buscou no Palácio do Planalto um parceiro para ajudar a superar as turbulências externas e instabilidade interna.

Com o poder militar batendo retirada e a constitucionalização à vista, o tema da inserção no mundo (que agora era uma re-inserção) surgia com pleno vigor, acompanhando as reflexões sobre as condições da transição democrática. Tornava-se necessário assim articular uma política exterior coerente, racional, previsível e redefinir as orientações da política econômica afastando-se dos modelos impostos pela força e de resultados tão comprometedores. (PARADISO, 2005, p. 265).

Frente a esses novos desafios, o processo de aproximação entre Brasil e Argentina ganhava novo impulso e novos objetivos: a construção de uma agenda política e econômica comum, o fortalecimento da democracia em ambos os Estados e a conquista de um espaço de maior autonomia ante os Estados Unidos.

8. Concordaram, igualmente, quanto à urgente necessidade de que a América Latina reforce o seu poder de negociação com o resto do mundo, ampliando sua autonomia de decisão e evitando que os países da região continuem vulneráveis aos efeitos das políticas adotadas sem a sua participação. Portanto, resolveram conjugar e coordenar os esforços dos respectivos Governos para revitalização das políticas de cooperação e integração da região (BRASIL, 1985, p. 628).

Os aumentos dos contatos bilaterais entre Brasília e Buenos Aires redundaram em ações conjuntas, como o Consenso de Cartagena de 1984 e o Grupo do Rio de 1986, e em marcos importantes, como a Declaração de Iguazu de 1985 e o Tratado de Integração com a Argentina de 1988. Dessa forma, o rumo da integração regional como projeto político-econômico foi sendo traçado. Segundo a Declaração de Iguazu:

18. Dentro desse espírito, expressaram sua firme vontade política de acelerar o processo de integração bilateral, em harmonia com os esforços de cooperação e desenvolvimento regional. Expressaram sua firme convicção de que esta tarefa deve ser aprofundada pelos Governos com a indispensável participação de todos os setores de suas comunidades nacionais, aos quais convocaram a unir-se a este esforço, já que lhes cabe também explorar novos caminhos na busca de espaço econômico regional latino-americano (BRASIL, 1985, p. 630).

E o Tratado de Integração com a Argentina traz:

Artigo 1. O objetivo final do presente Tratado é a consolidação do processo de integração e cooperação econômica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina. Os territórios dos dois integrarão um espaço econômico comum, de acordo com os procedimentos e prazos estabelecidos no presente Tratado.

Artigo 2. O presente Tratado e os Acordos específicos dele decorrentes serão aplicados segundo *os princípios de gradualismo, flexibilidade, equilíbrio e simetria*, para permitir a progressiva adaptação dos habitantes e das empresas de cada Estado-Parte às novas condições de concorrência e legislação econômica (BRASIL, 1988, p. 640; grifo meu).

De acordo com Flores Neto (2000, p. 180), buscava-se o “equilíbrio dinâmico” entre os parceiros, atendendo à diretriz da seletividade e da modernização tecnológica. Contudo, os problemas econômicos internos abalaram a confiança das sociedades nos governos de Alfonsín e Sarney, e permitiram que ideias dissonantes reverberassem entre argentinos e brasileiros.

Os novos processos eleitorais de 1989 na Argentina e no Brasil conduziram ao poder grupos políticos influenciados pelo paradigma neoliberal que defendiam a reforma do Estado e o fim do nacional-desenvolvimentismo, em prol da ideia da “mão invisível do mercado”. Além do mais, a queda do Muro de Berlim (1989) e o fim do bloco soviético representaram uma transformação do Sistema Internacional da Guerra Fria, reforçando a ideia do triunfo do liberalismo sobre outras formas políticas.

Difundiou-se a percepção de que os Estados Unidos eram a “superpotência solitária” em “um mundo uni-multipolar” (HUNTINGTON, 2000) e de que uma nova ordem liberal internacional estava sendo construída, e isso, conseqüentemente, aprofundaria as transformações econômicas, políticas e sociais do(s) processo(s) de globalização.

Sob esse signo de mudança novas lideranças foram eleitas – no Brasil, Fernando Collor, e na Argentina, Carlos Menem. A promessa de combater a inflação, a corrupção, o “atraso econômico”, entre outros problemas, por meio de “choques” de mercado levaram à criação de planos econômicos de corte neoliberal. Assim, a inserção internacional argentino-brasileira deveria estar subordinada ao esforço de “modernização” econômica (como a abertura unilateral de mercados e as privatizações de empresas estatais) e à adaptação à nova ordem liberal (como a participação nas negociações da Rodada Uruguai e na Organização Mundial do Comércio) (ARBILLA, 2000, p. 338).

Foi nesse contexto que as diplomacias argentino-brasileiras rearticularam o projeto de integração, sob a perspectiva do “livre mercado” e da “modernização” das economias nacionais. A estratégia não era mais um projeto político de inserção regional concertado, mas sim um momento necessário para se preparar os países para enfrentar a competição internacional de um mundo globalizado.

Nesse embate, e em consequência das mudanças ocorridas nos dois países, com a introdução de políticas públicas de corte neoliberal desde 1990, a filosofia original do Mercosul, aquela dos protocolos de 1986, foi abandonada. Com efeito, concebido como um processo de integração primariamente das unidades produtivas dos países membros, tendo em vista robustecer as economias nacionais pela via de empreendimentos regionais de grande porte capazes de gerar tecnologias em alguns setores estratégicos do desenvolvimento, a formação do bloco desviou-se para o terreno do comércio, ocupando-se apenas com os fluxos de mercadorias entre seus integrantes e destes com terceiros (CERVO, 2000, p. 47).

Pode-se observar essa mudança de rumo na Ata de Buenos Aires de 1990:

Considerando a necessidade de modernizar as economias dos dois países, de ampliar a oferta e a qualidade dos bens em circulação nos dois mercados e de favorecer o desenvolvimento econômico com justiça social; a evolução recente dos acontecimentos internacionais, em especial a formação de grandes espaços econômicos internacionais, a globalização do cenário econômico internacional e a importância crucial para os nossos países, que a aceleração e o aprofundamento do processo de integração entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina é resposta adequada aos desafios acima mencionados [...] (BRASIL, 1990, p. 647).

Essa mudança de rumo na política externa brasileira enfrentou muita resistência por parte de alguns grupos burocráticos, em especial na Casa de Rio Branco. Na Argentina, não houve, aparentemente, uma resistência organizada pelo corpo burocrático; muito pelo contrário, algumas autoridades argentinas chegaram a defender a necessidade de se ter “relações carnavais” com a Casa Branca para acelerar tal mudança de norte.

O enfraquecimento da figura do Presidente Collor devido ao fracasso do plano econômico e às denúncias de corrupção permitiu o retorno da ascendência do corpo de diplomatas do Itamaraty sobre as relações exteriores brasileiras (ALTEMANI, 2005, p. 245).

As intensas negociações bilaterais e o desejo de Uruguai e Paraguai de participar do projeto argentino-brasileiro fizeram com que houvesse uma transformação do processo de integração. Passou-se de uma perspectiva bilateral para outra, multilateral (VAZ, 2002, p.123), o que incorporou os princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio à formação do bloco. Esses princípios foram materializados na fórmula do

consenso para a tomada de decisões do Mercosul, com vistas a atender aos anseios dos membros menores, como se percebe no Tratado de Assunção de 1991:

Entendendo que esse objetivo deve ser alcançado mediante o aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis [...] com base nos princípios da *gradualidade, flexibilidade e equilíbrio* [...]

Tendo em conta a evolução dos acontecimentos internacionais, em especial a consolidação de grandes espaços econômicos, e a importância de lograr uma adequada inserção internacional para seus países [...]

Expressando que este processo de integração constitui uma resposta adequada para tais acontecimentos [...] (BRASIL, 1991, p. 649; grifo meu).

Nota-se aqui que a emergência do regionalismo no Cone Sul ajudou a reduzir as desconfianças e a permitir uma mudança na tradicional política de poder regional, ou seja, de jogo de soma zero passou-se para uma política baseada na perspectiva de um “futuro comum” traduzida pela construção do Mercosul, como demonstram os indicadores abaixo: A Tabela 1 expressa os efeitos da crise econômica para Argentina e Brasil e os esforços das autoridades para superar os problemas.

TABELA 1
PIB do Brasil e Argentina

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Brasil	5,0	6,8	9,2	-4,3	0,8	-2,9	5,4	7,8
Argentina	-3,7	6,8	0,7	-5,7	-3,1	3,7	2,0	-7,0
	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	
Brasil	7,5	3,5	-0,1	3,2	-4,3	1,0	1,0	
Argentina	7,1	2,5	-2,0	-7,0	-1,3	10,5	10,3	

Fonte: CEI, IPEADData e Anuário FMI 1986.

O Quadro 1, abaixo, apresenta a evolução do número de acordos entre Brasil e Argentina de 1964 a 1995. Percebe-se que a convergência política argentino-brasileira começou logo após o Acordo Tripartite (1979), e que os avanços no processo de cooperação bilateral entre a Casa Rosada e o Palácio do Planalto ocorrem posteriormente a cada crise no sistema internacional.

Quadro 1
Acordos entre Argentina e Brasil

1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977
1	1	0	0	2	1	1	2	4	0	1	1	0	1
1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
0	1	23	1	2	3	4	5	10	4	6	7	11	9
1992	1993	1994	1995										
1	9	6	4										

*Incluí os acordos no âmbito do MERCOSUL.
Fonte: Itamaraty In BOTELHO, 2009, p.11.

A partir de 1985 o perfil dos tratados (ver Anexo 1) se reconfigura, passando de um caráter preponderantemente político a um cunho econômico, que se reflete na densidade das relações bilaterais (ver Quadro 2 e Quadro 3).

Quadro 2
Exportações brasileiras para a Argentina

1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
2,80%*	4,70%*	5,40%*	3,80%*	3,30%*	3,00%*	3,20%*	2,1%*	3,04%**	3,17%**
1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
2,90%*	2,10%*	2,05%*	4,67%*	8,49%*	9,49%*	9,50%*	8,69%*	10,83%*	12,78%*
*	*	*	*	*	*	*	*	*	*

Fonte: *BANCO do BRASIL (1978-1985), in PIA (1991).
** Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio (1986-1997), in BOTELHO, 2009, p.11; adaptado pelo autor.

Quadro 3
Importações brasileiras da Argentina

1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
4,00%*	5,00%*	3,30%*	2,70%*	2,80%*	2,30%*	3,70%*	3,60%*	5,25%**	3,82%**
1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
4,84%*	6,78%*	6,77%*	7,65%*	8,42%*	10,76%*	11,07%*	11,19%*	12,76%*	13,29%*
*	*	*	*	*	*	*	*	*	*

Fonte: * BANCO do BRASIL (1978-1980), in PIA (1991)
** Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio (1986-1997), in BOTELHO, 2009, p.11; adaptado pelo autor.

A partir da análise dos Quadros (1, 2 e 3), da Tabela e do Anexo 1, é possível perceber as fases da evolução da aproximação entre Brasil e Argentina. A primeira começou com o Acordo Tripartite (1979) e foi até os encontros presidenciais do início dos anos 80, produzindo um grande número de acordos bilaterais, principalmente de

caráter político; porém, essa fase teve pouco efeito no âmbito econômico, em razão de uma conjuntura internacional adversa.

O segundo período observado na relação entre Brasília e Buenos Aires se iniciou com a ascensão ao poder de Alfonsín e Sarney em meados da década de 80, quando houve um incremento dos acordos bilaterais, com claros efeitos econômicos no curto prazo. No entanto, novamente fatores macroeconômicos – como a dívida externa e a inflação – interromperam o processo de convergência política e econômica.

A terceira fase foi inaugurada nas administrações Menem e Collor, com um cenário externo menos turbulento em razão do fim da Guerra Fria e da ascensão dos Estados Unidos como única superpotência mundial. Ambos os Chefes de Estado realizaram reformas econômicas de corte neoliberal. A integração econômica regional passou a ser percebida como forma de impulsionar e adequar os setores produtivos ao processo de “globalização econômica”.

Considerações Finais

O objetivo aqui foi apresentar a evolução das relações bilaterais desde o Acordo Tripartite de 1979, que resolveu o litígio em torno da questão Itaipu-Corpus, até o Tratado de Assunção de 1991, momento de maior aproximação e cooperação entre as autoridades argentino-brasileiras.

Esta análise procurou demonstrar que as transformações no sistema internacional, em conjunto com variáveis endógenas, foram responsáveis pela afluência das políticas externas da Argentina e do Brasil em torno de um projeto de integração.

A Crise do Petróleo de 1979, a Crise da Dívida de 1982, a Guerra das Falklands/Malvinas de 1982, o protecionismo comercial e financeiro das principais potências econômicas, a política externa norte-americana para a região na era Reagan (1981–1989), entre outros condicionantes externos, inviabilizaram os projetos políticos estatais de autonomia na região e mudaram a percepção das sociedades quanto à postura dos Estados Unidos frente à América do Sul.

Diante desse quadro, as autoridades brasileiras e argentinas resolveram fazer uma aposta conjunta com o intuito de obter a autonomia através da cooperação, visando

à obtenção de maior força na arena internacional por meio de uma agenda comum e uma harmonização de políticas.

Embora se perceba que os momentos dessa aproximação coincidem com o processo de redemocratização em ambos os países, as raízes desse processo derivam da época dos regimes militares, em especial na fase posterior ao Acordo Tripartite (1979).

A partir do fim das ditaduras e retorno ao regime democrático, em ambos os países, os grupos políticos e sociais priorizaram a complexa tarefa de reorganizar o arcabouço político e legal de suas sociedades nacionais, além de buscar saídas para a grave crise econômica dos anos 80.

No Brasil, o Itamaraty continuou a exercer papel preponderante na formulação da inserção internacional, em razão do prestígio da Casa de Rio Branco e da ausência de um pensamento alternativo sistematizado apresentado por outro grupo. A diplomacia brasileira seguiu palmilhando a trilha da busca da autonomia através da diversificação de contatos. Os Estados da América Latina, em especial a Argentina, tinham um papel especial nessa estratégia, e foi somente no Governo Collor que se esboçou uma mudança de rumo, mas esta foi abortada pela crise política interna e econômica.

A escolha da Argentina deveu-se mais ao isolamento internacional vivenciado após o conflito das Falklands/Malvinas e à crise econômica dos anos 80 do que a uma estratégia de longo prazo. A administração Alfonsín, diante de um cenário externo desfavorável e com um leque reduzido de opções e de parceiros “confiáveis”, optou pela recuperação da credibilidade na comunidade internacional através da aproximação política e econômica com os países da América do Sul, objetivando a construção de uma agenda comum. Além do mais, no caso argentino a parceria com o Brasil serviria para auxiliar no processo de retorno ao Estado Democrático de Direito.

O fracasso dos planos de estabilização monetária e a crise econômica precipitaram a queda de Alfonsín. A eleição de Carlos Menem elevou ao poder um grupo político de corte neoliberal e sob forte influência do realismo periférico, que vislumbrou a integração regional como forma de modernizar a economia nacional para a inserção na nova ordem internacional liberal capitaneada por Washington, abandonando o projeto político comum em favor da ideia da “mão invisível” do mercado.

Percebe-se ao longo do texto a recorrência dos fatores sistêmicos sobre os vetores internos, a integração regional da forma como foi vislumbrada pelas autoridades numa dada circunstância histórica, e a não incorporação dos grupos das sociedades no processo de construção de um bloco regional. Todas essas variáveis conferem ao organismo uma falta de legitimidade.

Essa falta de coalescência entre os Estados do Mercosul ocasiona uma série de problemas pontuais a cada crise econômica, mudança de governo ou qualquer outra emergência de problemas, que reverberam de forma desproporcional através da imprensa. Assim, os Estados membros se encontram frente a um dilema: ou incluem as sociedades nas discussões e na ação de um projeto de revitalização do regionalismo sul-americano, ou o Mercado Comum estará possivelmente fadado ao fracasso.

REFERÊNCIAS

_____. **Visita de Videla amplia e consolida o entendimento Brasil-Argentina.** Resenha de Política Exterior do Brasil nº 26. 1980.

_____. **Saraiva Guerreiro, na esq: “Diplomacia exige cuidadoso realismo”.** Resenha de Política Exterior do Brasil nº. 26. 1980.

_____. **No comunicado de imprensa, os entendimentos Brasil-Argentina em Paso de los Libres.** Resenha de Política Exterior do Brasil nº 29. 1981.

_____. **O encontro Figueiredo-viola em Paso de los Libres.** Resenha de Política Exterior do Brasil nº 29. 1981.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações internacionais e política externa do Brasil: dos descobrimentos à globalização.** 1. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

ALTEMANI, Henrique. **Política Externa Brasileira.** São Paulo: Saraiva. 2005.

ARBILLA, José Maria. **Arranjos Institucionais e Mudança Conceitual nas Políticas Externas Argentina e Brasileira (1989 –1994)** in *Contexto Internacional*, vol. 22, n. 02, julho-dezembro, 2000.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: UNB, 2002.

BARBOSA, Rubens. “O Brasil e a integração regional: a ALALC e a ALADI (1960-1990)” in ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (org.) **Setenta anos de política externa brasileira (1930–1990): diplomacia para o desenvolvimento**. São Paulo: Annablume/NUPRI/USP, 1996.

BARBOZA, Mario Gibson. **Na diplomacia o traço todo da vida**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

BARRETO, Fernando de Mello. **Os Sucessores do Barão (1964–1985): Relações Exteriores do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

BARROS, Alexandre de S.C. “A Formulação e a Implementação da Política Externa Brasileira: o Itamaraty e os Novos Atores” in MUÑOZ, Heraldo e TULCHIN, Joseph S. (orgs.) **A América Latina e a Política Mundial**. São Paulo: Editora Convívio, 1986.

Brasil, Ministério das Relações Exteriores. **Visita de Videla amplia e consolida o entendimento Brasil- Argentina**. Resenha de Política Exterior do Brasil n° 26. 1980, p. 19.

Brasil, Ministério das Relações Exteriores. “O Tratado de Itaipu (1973)” in GARCIA, Eugênio Vargas (org.). **Diplomacia e Política Externa: Documentos Históricos 1493 – 2008**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

Brasil, Ministério das Relações Exteriores. “Declaração de Iguazu (1985)” in GARCIA, Eugênio Vargas (org.). **Diplomacia e Política Externa: Documentos Históricos 1493 – 2008**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

Brasil, Ministério das Relações Exteriores. “Tratado de Integração com a Argentina (1988)” in GARCIA, Eugênio Vargas (org.). **Diplomacia e Política Externa: Documentos Históricos 1493 – 2008**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

Brasil, Ministério das Relações Exteriores. “Ata de Buenos Aires (1990)” in GARCIA, Eugênio Vargas (org.). **Diplomacia e Política Externa: Documentos Históricos 1493 – 2008**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

Brasil, Ministério das Relações Exteriores. “Tratado de Assunção (1991)” in GARCIA, Eugênio Vargas (org.). **Diplomacia e Política Externa: Documentos Históricos 1493 – 2008**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

BETIOL, Laércio. **Itaipu: modelo avançado de cooperação internacional na Bacia do Prata**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

CAUBET, Christian G. **As Grandes Manobras de Itaipu**. São Paulo: Acadêmica, 1991.

BOTELHO, João Carlos Amoroso. **La Creación y la Evolución de Unasur**. *Congress of the Latin American Studies Association*. Rio de Janeiro, Brasil, junho 11-14, 2009.

CAMARGO, Sônia. **Os novos amigos: Brasil e Argentina atravessam a ponte** in *Contexto Internacional*, vol. 2, n. 02, 1985.

CERVO, Amado Luis. “A política exterior da Argentina, 1945-2000” in GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). **Argentina: visões brasileiras**. 1. ed. Brasília: IPRI-CAPE, 2000.

CHEIBUB, Zairo (1985). **Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em Perspectiva Histórica**. *Dados*, vol. I, 28, n. 1.

COTRIM, John. **Notas sobre os antecedentes da criação de Itaipu Binacional**. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil: Memória da Eletricidade, 1999.

DUROSSELLE, Jean Baptiste. **Todo Império Perecerá – Teoria das Relações Internacionais**. Brasília/São Paulo: Editora UnB / Imprensa Oficial, 2000.

ESPÓSITO NETO, Tomaz. **A Política Externa Brasileira frente ao Conflito das Falklands/Malvinas (1982)**. São Paulo: PUC- SP, 2006.

FLORES NETO, Francisco Thompson. “Integração e cooperação Brasil – Argentina” in ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (org). **Setenta anos de política externa brasileira (1930 – 1990): o desafio geoestratégico**. São Paulo: Editora Annablume / NUPRI/USP, 2000.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. **Lembranças de um Empregado do Itamaraty**. São Paulo: Editora Siciliano, 1992.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Sétima entrevista, realizada em 26 de março de 1985, fita 25 lado 1. Centro de Pesquisa e Documentação História de Memória Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro.

GUGLIAMELLI, Juan Enrique. **Pensar con Estrategia**. Remédios de Escalada, Argentina: Ed. De la UNLA, 2007.

HERRERA VEGAS, Jorge Hugo. **Las políticas exteriores de La Argentina y del Brasil: Divergências y Convergência;** *Documentos de Trabajo* n° 10. Buenos Aires: Isen, setembro, 1995.

HUNTINGTON, Samuel P. **A superpotência Solitária.** Trad. Klauss B. Gerhardt. In *Política Externa*. São Paulo, vol.8, n.4, mar/abr/mai, 2000.

LANUS, Juan A. **De Chapultepec al Beagle: Política Exterior Argentina de 1945-1980.** Buenos Aires, Argentina: EMECÉ Editores, 1989.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Argentina e Brasil: a Balança de Poder no Cone Sul.** São Paulo: Annablume, 1996.

MENEZES, Alfredo da Mota. **A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980.** Campinas, SP: Papyrus, 1987.

MILZA, Pierre. “Política interna e política externa” in RÉMOND, René. **Por uma história política.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

PARADISO, José. **Um lugar no mundo: a Argentina e a busca de identidade internacional.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PIA, Juan Algorta. **O Comércio bilateral Brasil – Argentina: Tendências observadas nos últimos 20 anos.** s/l. s/d.

VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul.** Brasília: IBRI, 2002.

VELASCO E CRUZ, Sebastião Carlos. **Opções Estratégicas. O papel do Brasil no Sistema Internacional.** *Lua Nova*, São Paulo: CEDEC, n° 53.2001.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. **Relações Brasil e Argentina: a construção do entendimento (1962-1986).** Brasília: Unb, 2007.

ANEXO 1

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Acordo sobre Isenção de Taxas de Armazenagem e Capatazia a Jornais e Revistas.	04/02/1975	04/02/1975		
Acordo, por troca de Notas, sobre a Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira.	08/05/1980	08/05/1980		
Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear.	17/05/1980	20/10/1983	88.946	07/11/1983
Acordo sobre Isenção de Impostos para a Importação dos Materiais e Elementos Destinados às Missões Diplomáticas do Brasil em Território Argentino e da Argentina em Território Brasileiro.	17/05/1980	17/05/1980		
Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira.	17/05/1980	01/06/1983	88.442	29/06/1983
Acordo, por troca de Notas, sobre a Interligação dos Sistemas Elétricos Brasileiro e Argentino.	17/05/1980	17/05/1980		
Memorandum de Entendimento Relativo a Consultas Sobre Assuntos de Interesse Comum.	17/05/1980	17/05/1980		
Protocolo de Cooperação Industrial entre Empresas Nucleares Brasileiras S/A e a Comissão Nacional de Energia Atômica da Argentina.	17/05/1980	17/05/1980		
Convênio de Cooperação entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil e a Comissão Nacional de Energia Atômica da Argentina.	17/05/1980	17/05/1980		
Tratado para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Limitrofes do Rio Uruguai e de seu Afluente o Rio Pepiri-Guaçu.	17/05/1980	01/06/1983	88.441	29/06/1983
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.	17/05/1980	18/08/1982	87.559	09/09/1982
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.	17/05/1980	01/01/1983	87.976	22/12/1982
Convênio de Cooperação entre Empresas Nucleares Brasileiras S/A e a Comissão Nacional de Energia Atômica da Argentina.	17/05/1980	17/05/1980		
Acordo, por troca de Notas, sobre a Criação de uma Comissão Mista para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Iguaçu	17/05/1980	17/05/1980		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, sobre Pesquisa Científica e Tecnológica. (CNPq/SECYT e CONICET), de 17/05/80.	15/08/1980	15/08/1980		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, sobre Cooperação no Campo do Reflorestamento e do Direito Florestal, de 17/05/80.	15/08/1980	15/08/1980		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, sobre Cooperação no Campo da Pesquisa Agropecuária.	15/08/1980	15/08/1980		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, sobre Cooperação no Campo das Comunicações, de 17/05/80.	15/08/1980	15/08/1980		

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, de 17/05/80, sobre Cooperação no Campo da Metrologia Normalização e Controle de Qualidade Industrial	15/08/1980	15/08/1980		
Acordo de Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Argentina.	20/08/1980	18/11/1982	87.918	07/12/1982
Protocolo de Execução Nº 01 entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil e a Comissão Nacional de Energia Atômica da Argentina, sobre Informação Técnica.	20/08/1980	20/08/1980		
Protocolo de Execução Nº 02 entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil e a Comissão Nacional de Energia Atômica da Argentina, para Cooperação no Campo da Formação de Recursos Humanos no Setor Nuclear.	20/08/1980	20/08/1980		
Acordo para a Criação de um Grupo Misto de Trabalho sobre Fornecimento de Gás Natural.	20/08/1980	20/08/1980		
Acordo para a Criação de uma Comissão "Ad Hoc" sobre Facilitação do Turismo.	20/08/1980	20/08/1980		
Acordo, por Troca de Notas, colocando em Vigor as Disposições contidas na Ata Final da X Reunião de Consulta Aeronáutica, assinada no Rio de Janeiro, a 14 de setembro de 1979	10/10/1980	10/10/1980		
Acordo, por troca de Notas, para a Ampliação do Prazo Estabelecido para as Funções da Comissão "Ad Hoc" sobre Facilitação do Turismo.	08/04/1981	08/04/1981		
Acordo pelo qual fica aprovado o Projeto de Construção de uma Ponte sobre o Rio Iguaçu.	04/03/1982	04/03/1982		
Acordo, por troca de Notas, para Melhorar a Identificação dos Limites entre o Brasil e a Argentina no Trecho do Rio Uruguai que compreende as Ilhas Chafariz e Buricá.	16/09/1982	16/09/1982		
Acordo sobre Radioamadorismo.	01/06/1983	01/06/1983		
Acordo, por troca de Notas, sobre Caracterização do Talvegue do Rio Uruguai na Área do Projeto Garabi.	20/10/1983	20/10/1983		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica sobre Cooperação no Campo das Atividades Espaciais, de 17/05/80.	20/10/1983	20/10/1983		
Protocolo de Intenções no Sentido de Intensificar a Curto Prazo a Cooperação Econômica e o Comércio.	31/01/1984	31/01/1984		
Memorando de Entendimento.	25/04/1984	25/04/1984		
Entendimento, por troca de Cartas, que estabelece Mecanismos de Consulta Política e Econômica.	14/05/1984	14/05/1984		
Convênio Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica de 17/05/80, no Campo da Sanidade Vegetal.	10/10/1984	10/10/1984		
Acordo sobre Transportes Marítimos.	15/08/1985	05/02/1990	99.040	06/03/1990
Acordo, por troca de Notas, sobre Habilitação, Manutenção e Conservação da Ponte Presidente Tancredo Neves.	29/11/1985	29/11/1985		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica de 17/05/80 sobre Biotecnologia.	30/11/1985	30/11/1985		
Declaração de Iguaçu.	30/11/1985	30/11/1985		
Declaração Conjunta sobre Política Nuclear.	30/11/1985	30/11/1985		

Protocolo Adicional ao Convênio de Intercâmbio Cultural no Campo do Ensino Superior, de 25/01/68.	05/02/1986	05/02/1986		
Ata para a Integração Brasileiro-Argentina e seus Protocolos de 1 a 12.	29/07/1986	29/07/1986		
Memorando de Entendimento entre a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FUNTEVÊ) e a Argentina Televisora Color (ATC Canal 7).	29/07/1986	29/07/1986		
Declaração Conjunta sobre Política Nuclear.	10/12/1986	10/12/1986		
Ajuste Técnico Interbancário.	10/12/1986	10/12/1986		
Mecanismo de Financiamento Recíproco.	10/12/1986	10/12/1986		
Convênio entre a Petróleo Brasileiro S/A e Yacimientos Petrolíferos Fiscales S/E - Gás del Estado S/E.	10/12/1986	10/12/1986		
Programa de Integração e Cooperação Econômica e seus Protocolos.	10/12/1986	10/12/1986		
Ata de Amizade Brasileiro-Argentina (Democracia, Paz e Desenvolvimento).	10/12/1986	10/12/1986		
Convênio de Cooperação Tecnológica entre Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS e Yacimientos Petrolíferos Fiscales - YPF.	10/12/1986	10/12/1986		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, de 17/05/80, sobre Informática.	22/01/1987	22/01/1987		
"Aidé Mémoire" sobre Eventual Criação de Grupo de Cooperação Consular Brasil-Argentina.	07/07/1987	07/07/1987		
Declaração Conjunta sobre Política Nuclear.	17/07/1987	17/07/1987		
Programa de Integração e Cooperação Econômica e Seus Protocolos.	17/07/1987	17/07/1987		
Programa de Integração e Cooperação Econômica, Seus Anexos e Protocolos.	07/04/1988	07/04/1988		
Declaração de Iperó (Declaração Conjunta sobre Política Nuclear)	08/04/1988	08/04/1988		
Acordo de Co-Produção Cinematográfica	18/04/1988	25/07/1995	3.054	07/05/1999
Declaração Conjunta sobre Política Nuclear - Declaração de Ezeiza.	19/11/1988	19/11/1988		
Programa de Integração e Cooperação Econômica - seus Anexos e Protocolos.	29/11/1988	29/11/1988		
Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento.	29/11/1988	23/08/1989	98.177	22/09/1989
Ata de Uruguiana do Comitê de Fronteira - Uruguiana 22 de agosto de 1989.	22/08/1989	22/08/1989		
Ata sobre a Venda do Gás Argentino ao Brasil.	22/08/1989	22/08/1989		
Acordo para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé.	22/08/1989	20/04/1990	110	03/05/1991
Acordo, por troca de Notas, que Cria a Comissão para a Construção da Ponte sobre o Rio Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé.	22/08/1989	22/08/1989		
Declaração de Uruguiana.	22/08/1989	22/08/1989		
Programa de Integração e Cooperação - seus Anexos e Protocolos.	23/08/1989	23/08/1989		

Declaração Conjunta sobre Cooperação Bilateral nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior.	23/08/1989	22/08/1989	174	12/09/1989
Comunicado Conjunto sobre o Processo de Integração.	16/03/1990	16/03/1990		
Declaração sobre a Ponte São Borja - Santo Tomé.	16/03/1990	16/03/1990		
Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento ao Protocolo nº 8 (Energia).	16/03/1990	16/03/1990		
Protocolo Adicional ao Acordo para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé, de 22/08/89.	06/07/1990	30/06/1993	2.714	10/08/1998
Ajuste Administrativo ao Acordo de Previdência Social.	06/07/1990	06/07/1990		
Tratado para o Estabelecimento de um Estatuto das Empresas Binacionais Brasileiro - Argentinas.	06/07/1990	27/06/1992	619	29/07/1992
Programa de Integração e Cooperação Econômica - seus Anexos e Protocolos.	06/07/1990	06/07/1990		
Declaração sobre a Ponte São Borja e Santo Tomé.	06/07/1990	06/07/1990		
Ata de Instalação da Comissão Parlamentar Conjunta de Integração.	06/07/1990	06/07/1990		
Acordo, por troca de Notas, sobre Transporte Rodoviário.	08/11/1990	08/11/1990		
Declaração sobre Política Nuclear Comum Brasileiro-Argentina.	28/11/1990	28/11/1990		
Acordo, por troca de Notas, para a Criação de Grupo de Cooperação Brasil-Argentina sobre Assuntos Fronteiriços.	20/08/1991	19/09/1991		
Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa.	20/08/1991	20/08/1991	1.560	18/07/1995
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.	20/08/1991	10/02/1993	763	25/02/1993
Memorando de Intenções no âmbito do Desenvolvimento Regional.	20/08/1991	20/08/1991		
Acordo, por troca de Notas, sobre o Controle Integrado do Trânsito nas Fronteiras.	20/08/1991	20/08/1991		
Acordo, por troca de Notas, para a Criação de um Grupo de Trabalho sobre o Funcionamento e o Controle da Ponte entre São Miguel do Oeste e São Pedro, no Rio Pepiri-Guaçu.	20/08/1991	20/08/1991		
Acordo, por troca de Notas, para Constituir uma Comissão Tripartite Relacionada com a Construção do Eixo Rodoviário São Paulo/Porto Alegre/Uruguai/Buenos Aires.	28/12/1992	28/12/1992	48	12/03/1993

Fonte: Itamaraty

Artigo recebido dia 25 de outubro de 2012. Aprovado em 08 de março de 2013.

RESUMO

O presente texto descreve a evolução das relações bilaterais entre a Casa Rosada e o Palácio do Planalto, do Acordo Tripartite de 1979 ao Tratado de Assunção de 1991. O objetivo é identificar as diferentes fases da aproximação argentino-brasileira.

PALAVRAS-CHAVE

Política externa brasileira; Política externa argentina; Relações Brasil - Argentina.

ABSTRACT

This paper describes the development of bilateral relations between *Casa Rosada* (Argentina) and *Palácio do Planalto* (Brazil), from the *Acordo Tripartite* in 1979 to *Tratado de Assunção* in 1991. The objective here is to identify the different phases of the Argentine-Brazilian rapprochement.

KEYWORDS

Brazilian foreign policy; Argentinian foreign policy; Bilateral relations.